

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul - Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú - Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubiratã

ATA 006/2024

1
2

3 No dia 15 de agosto de 2024, às 08h30, os Secretários de Saúde (SMS) da 11ª Regional de
4 Saúde reuniram-se na sala de reuniões do CIS-COMCAM, convocados pelo presidente do
5 CRESEMS, Sr. Marcelo Francisco de Matos, para realização da reunião do CRESEMS. A
6 agenda incluiu as seguintes pautas: **1. Orçamento público, 2. Piso da Enfermagem, 3.**
7 **Progestão, 4. Cronograma de reuniões de CRESEMS, 5. Reajuste das farmácias**
8 **populares, 6. Neuropediatra, 7. Revisão dos exames de Doppler de MMII solicitados**
9 **pele Dr. Juliano e recusados quando realizados por outro profissional, 8. EQP Goioerê**
10 **Santa Casa.** Marcelo inicia a reunião cumprimentando todos os presentes e passa a palavra
11 para Éllen. Ela explica que foi incluída uma nova pauta sobre "Frutos da Violência Sexual",
12 que será submetida à aprovação em CIR. Para isso, Éllen solicitou que a pauta fosse
13 apresentada na reunião de CRESEMS, permitindo que os gestores discutam o fluxo antes
14 da aprovação em CIR. Éllen então repassa a palavra para Sezeneide, onde inicia a
15 apresentação com um slide, explicando a proposta de um protocolo regional-municipal para
16 o atendimento às vítimas de violência sexual. Ela destaca que este fluxo está sendo
17 discutido desde o ano passado, após um levantamento dos municípios sobre a existência de
18 protocolos e fluxos. Apenas 14 municípios informaram ter algum tipo de fluxo, muitos deles
19 específicos para crianças. Sezeneide menciona que, em 2021, o protocolo estadual para
20 vítimas de violência sexual foi revisado. O objetivo do protocolo é estabelecer diretrizes e
21 organizar um fluxo para que os profissionais da região saibam como proceder em casos de
22 violência sexual e tenham um canal de comunicação dentro da rede. Ela apresenta o
23 anuário da Segurança Pública do Brasil, que contém diversas estatísticas sobre violências,
24 incluindo latrocínio e violência sexual. Sezeneide observa que, em 2023, o Paraná
25 representa cerca de 10% dos casos de estupro do Brasil. Desde 2011, os casos têm
26 aumentado, incluindo importunação, assédio, estupro e pornografia. A cada 6 minutos, uma
27 pessoa é vítima de violência sexual, com um aumento nos casos envolvendo menores de
28 idade. Sezeneide também aborda os maus-tratos, muitos dos quais ocorrem dentro das
29 próprias residências, e apresenta dados do protocolo de 2023 por município. Ela explica
30 que, devido à falta de um fluxo estabelecido nos municípios, propôs a criação de um
31 protocolo para ajudar as localidades. Este documento incluirá orientações sobre
32 acolhimento, anamnese, exames, registros, notificações, exames complementares,
33 acompanhamento social e situação de gestação em casos de violência. O fluxo assistencial
34 que Sezeneide propôs abrange desde o acolhimento até a notificação em casos agudos,
35 com um prazo de 72 horas. Ela relata que foram realizadas várias reuniões, incluindo uma
36 com a Santa Casa de Campo Mourão, que já se cadastrou no CNES como referência para
37 vítimas de violência sexual. Também houve reuniões com o IML, polícia civil, polícia
38 científica e polícia militar para discutir discrepâncias no atendimento. Sezeneide observa

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul - Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú - Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubiratã

39 que, anteriormente, o hospital encaminhava diretamente ao IML, o que gerava problemas,
40 como a falta de comunicação com a saúde e a necessidade de aborto legal em casos de
41 gestação. A proposta do protocolo é evitar tais problemas e garantir um atendimento
42 adequado desde o início. A proposta inclui a realização de reuniões em cada uma das 16
43 comarcas para discutir o fluxo intersetorial, além do fluxo assistencial. Sezeneide menciona
44 a necessidade de um fluxo separado para assistência social, política pública e conselho
45 tutelar, pois a falta de integração pode levar ao aborto legal, que é um direito da mulher em
46 casos de violência sexual. Ela também explica a Deliberação CIB 27 de 2015, que todas as
47 regionais devem conhecer para oferecer o suporte correto. A Secretaria Gabriela, de
48 Goioerê, questiona se, em casos encaminhados ao CREAS ou delegacia, a pessoa terá
49 acesso a algum documento para realizar a busca ativa se não procurar diretamente a saúde.
50 Muriel explica que a pessoa tem o direito de buscar atendimento por conta própria e que é
51 necessário primeiro pactuar o fluxo de saúde. A ideia é centralizar o atendimento para
52 garantir que as vítimas recebam um atendimento imediato e evitar que se percam na rede de
53 assistência. Muriel informa que, após a pactuação com os gestores, a proposta será
54 submetida à CIB. Após aprovação, serão convocados três policiais das maiores comarcas
55 para discutir o assunto. Sobre a pauta de **1. Orçamento público**, Éllen começou explicando
56 o conceito fundamental: o orçamento público é constituído pela soma das receitas e pela
57 definição de como essas receitas serão aplicadas. Em outras palavras, o orçamento
58 determina como o dinheiro pode ser gasto e como a despesa deve ser executada,
59 especialmente se essa despesa não estiver previamente prevista e fixada. Ela ressaltou que,
60 atualmente, contamos com dois principais instrumentos orçamentários: a Lei de Diretrizes
61 Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A LDO promove o alinhamento
62 entre o Plano Plurianual (PPA) e a realidade do ano, enquanto a LOA estima a receita e fixa
63 as despesas a serem realizadas no próximo ano. Éllen detalhou as origens das receitas
64 públicas, explicando que elas provêm da arrecadação própria do município, como IPTU, ISS,
65 ITBI, contribuições previdenciárias e taxas. Além disso, mencionou as transferências
66 devolutivas, onde os gestores pagam aos governos federal e estadual e recebem recursos
67 de volta. Ela destacou que, através do Banco do Brasil, os gestores podem acompanhar
68 mensalmente os recursos recebidos, incluindo IPVA e outros fundos. Éllen também abordou
69 as transferências compensatórias, distributivas e retributivas setoriais, que fazem parte do
70 orçamento público de saúde e que, no nosso caso, incluem 15% da arrecadação. Em
71 relação às despesas, Éllen explicou que a Lei 4.320 de 1964 estabelece normas financeiras
72 ainda em vigor. Ela descreveu as despesas de custeio, que envolvem custos operacionais
73 regulares, e as despesas de capital, que se referem a investimentos e aquisições de longo
74 prazo. Para as despesas de capital, Éllen forneceu uma portaria explicativa sobre
75 durabilidade, tempo de uso e regras de aplicação, oferecendo exemplos como aquisição de
76 imóveis e transferências de capitais. Éllen enfatizou também a importância de não misturar

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul - Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú - Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubiratã

77 recursos federais e estaduais, destacando que o ministério da saúde designa a função 10
78 para despesas relacionadas à saúde, com várias subfunções. Ela pediu aos gestores que
79 conheçam todas as subfunções e evitem confundir fontes com subfunções. A Subsecretaria
80 de Planejamento e Orçamento (SPO) realiza a alocação dos recursos, e os gestores devem
81 garantir que suas alocações correspondam às funções e subfunções estabelecidas pelo
82 ministério. Ela alertou que a realização de transferências e transposições sem autorização
83 legislativa é considerada crime e explicou que o ministério estabelece blocos de
84 financiamento, como a função 10 e subfunção 122, que devem estar refletidos no orçamento
85 local. Éllen também mencionou que frequentemente envia portarias aos gestores para
86 assegurar que as funções e subfunções estejam corretas, especialmente para despesas
87 com educação e saúde. Sobre a classificação orçamentária, Éllen descreveu a importância
88 dos números que representam secretarias, fundos municipais, funções e subfunções, e
89 como isso se relaciona com programas, atividades, elementos e dotações. Ela detalhou
90 como as fontes de receita são agrupadas por normas de aplicação semelhantes e a
91 diferença entre fontes vinculadas (restritas) e livres (flexíveis). Éllen também abordou as
92 emendas parlamentares, explicando que elas são destinadas ao custeio e não ao
93 pagamento de folha de pessoal. Destacou que, apesar de algumas emendas poderem
94 financiar melhorias nas unidades de saúde, elas não são destinadas ao consórcio público,
95 exceto para procedimentos específicos. Além disso, falou sobre despesas não definidas na
96 legislação, como leites especiais e suplementos alimentares, e a Portaria 448 de 2002, que
97 detalha a natureza das despesas, incluindo materiais de consumo e permanentes. Éllen
98 concluiu a reunião abordando as regras para transposição e transferência de recursos
99 orçamentários. Ela esclareceu que transferências de recursos entre contas são permitidas
100 exclusivamente para pagamentos relacionados à folha de pessoal, e que essas
101 movimentações os gestores tem autorização legislativa apropriada até 30 de dezembro de
102 2024. Ela também destacou a necessidade de incluir todos os recursos recebidos até 31 de
103 dezembro de 2022 na programação financeira e garantir que qualquer recurso transposto ou
104 transferido seja registrado corretamente. Em relação aos créditos destinados ao
105 enfrentamento da COVID-19, Éllen informou que esses recursos podem ser reprogramados
106 conforme necessário e devem ser utilizados até o final do exercício financeiro. Éllen abordou
107 a pauta **2. Piso da Enfermagem**, começando por esclarecer que, como já mencionado
108 anteriormente no planejamento, a gestão dos recursos públicos é uma responsabilidade do
109 gestor público. Ela reforçou que, mesmo quando os recursos são destinados a outras
110 instituições, a responsabilidade pela gestão e prestação de contas permanece com o gestor
111 público. Os gestores devem garantir que todos os recursos repassados sejam corretamente
112 administrados e contabilizados. Ela detalhou os valores relacionados ao Piso da
113 Enfermagem, explicando os valores para uma carga horária de 44 horas semanais, e que se
114 for necessário pode ajustar esses valores para uma carga de 40 horas. O repasse

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul - Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú - Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubitatã

115 automático da assistência financeira complementar deve respeitar o teto de 88 horas
116 semanais; assim, profissionais que trabalham mais de 88 horas semanais não receberão
117 esse adicional. Éllen enfatizou que todos os profissionais de enfermagem, incluindo
118 enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, têm direito ao piso. O Ministério da Saúde
119 deve custear os serviços públicos que atendem pelo menos 60% do SUS. Além disso, é
120 responsabilidade do gestor manter relações jurídicas com entidades privadas sem fins
121 lucrativos que possuam o certificado de CEBAS. Ela destacou que profissionais de
122 enfermagem devem ter registro válido no COREN para receber o piso. Se o registro estiver
123 vencido, o profissional não terá direito ao pagamento. Éllen detalhou que as parcelas
124 remuneratórias que devem ser consideradas para o cálculo do piso incluem o vencimento
125 base e as vantagens pecuniárias gerais e permanentes. Parcelas indenizatórias e vantagens
126 pecuniárias variáveis, como gratificação por desempenho variável e adicionais de
127 insalubridade, não são incluídas no cálculo. Ela explicou que o piso é um valor fixo e
128 invariável, garantido a todos os profissionais com jornadas semelhantes, e não deve variar
129 conforme o cargo específico ocupado. Exemplos de vantagens pecuniárias que entram no
130 cálculo do piso incluem gratificação por desempenho, desde que seja fixa e invariável. Já
131 gratificações por título, adicionais de insalubridade, e auxílios como creche não são
132 consideradas para o cálculo do piso. Éllen informou que a União não transferirá recursos
133 para cobrir encargos legais relacionados ao pagamento do piso; essa responsabilidade é
134 dos gestores. O ente federado deve repassar apenas o valor necessário para cobrir a
135 diferença mencionada, mantendo o saldo remanescente para garantir a complementação
136 nos meses seguintes, após o acerto das contas. Ela detalhou o processo de controle e
137 prestação de contas, ressaltando que cada gestor é legalmente responsável pelas
138 informações declaradas. Os gestores devem inserir e organizar as informações no sistema
139 InvestSus. Éllen mencionou que cidades como Goioerê, Campo Mourão, Ubitatã, Iretama e
140 Terra Boa frequentemente recebem grandes parcelas de recursos federais e que os
141 gestores precisam estar cientes das políticas e como o dinheiro será aplicado. Os gestores
142 devem manter documentos comprobatórios, como folhas de pagamento, comprovantes
143 bancários e balanços, arquivados por pelo menos cinco anos. Éllen também esclareceu que
144 parcelas indenizatórias não são contabilizadas no piso e explicou quais parcelas específicas
145 e variáveis transitórias devem ser registradas no investSUS. Por fim, Éllen atualizou os
146 gestores sobre a portaria que modificou a assistência financeira do piso da 10.302 para a
147 10.122, indicando que a assistência financeira do piso agora está regida pela 10.122. Na
148 **pauta 3. Progestão**, Éllen informou que a última sessão ocorreu em 16 de abril e contou
149 com a participação de pelo menos três pessoas. Desde então, não houve mais sessões do
150 Progestão. Ela questionou os gestores sobre a continuidade do programa e se haveria
151 interesse em mantê-lo. Os gestores expressaram o desejo de continuar com o Progestão e
152 decidiram marcar as últimas quatro sessões para o mês de outubro. Éllen anunciou que

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul - Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú - Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubitatã

153 retornará próximo ao mês de outubro para definir as datas das sessões e discutir os
154 detalhes do Progestão com os gestores. Referente a pauta **4. Cronograma de reuniões de**
155 **CRESEMS**, Gabriela propôs que as datas das reuniões do CRESEMS sejam definidas para
156 garantir a presença de todos. Os gestores concordaram em realizar as reuniões sempre uma
157 semana após a CIB, preferencialmente nas terças-feiras. Marcelo secretario de Juranda
158 inicia sua pauta **5. Reajuste das farmácias populares**, onde relata que, após uma reunião
159 com as farmácias, foi informado de que uma nova portaria reajustou o valor de alguns
160 medicamentos. Segundo Marcelo, medicamentos que anteriormente tinham coparticipação
161 agora devem ser fornecidos gratuitamente. Ele destacou que, no caso de um medicamento
162 específico, o Ministério da Saúde paga R\$42 por caixa, mas o valor mais baixo encontrado
163 pelos fornecedores foi R\$65, resultando em uma diferença de R\$23. Outro medicamento
164 apresenta uma diferença de R\$4. As farmácias questionam como proceder, uma vez que a
165 portaria exige que o medicamento seja fornecido gratuitamente e elas não podem cobrar a
166 diferença. Marcelo questionou Éllen sobre a possibilidade de fazer uma notificação, já que
167 ele possui todos os orçamentos enviados pelas farmácias, que mostram os valores que
168 estão sendo pagos pelos medicamentos. Éllen sugeriu verificar se esses valores foram
169 analisados no BPS e no consórcio. Ela recomendou a elaboração de um ofício do
170 CRESEMS, informando que os valores encontrados estão acima dos praticados pelo IBPS e
171 pelo Consórcio Paraná Saúde, e sugeriu que se busque adquirir os medicamentos a preços
172 mais baixos. Éllen também sugeriu investigar se outros fornecedores conseguem oferecer
173 preços menores. Referente a pauta, **6. Neuropediatria**, Marilza, administradora de Ubitatã,
174 iniciou a discussão destacando um problema significativo relacionado à escassez de
175 neuropediatras disponíveis para atender pelo Ciscomcam. Ela mencionou que, apesar das
176 discussões com Leandro, coordenador do Ciscomcam, a situação de falta de profissionais
177 na área persiste há algum tempo. Marilza explicou que o Dr. Rafael, que anteriormente
178 atendia pelo Ciscomcam, não demonstra mais interesse em continuar com o contrato.
179 Quando estava ativo, Dr. Rafael direcionava alguns atendimentos específicos, mas
180 atualmente há uma carência crítica de neuropediatras para atender as crianças. Além disso,
181 a dificuldade em encontrar vagas para neuropediatria no CARE agrava a situação, pois
182 mesmo quando há vagas disponíveis, elas frequentemente não são para essa
183 especialidade. Isso torna a situação ainda mais desafiadora para as famílias que necessitam
184 desse atendimento especializado. Marilza também mencionou que o município paga
185 mensalmente cerca de 20 consultas ao Dr. Marcelo Pizato, que cobra R\$ 280 por consulta.
186 Devido à falta de neuropediatras, já há uma fila de espera de mais de 100 crianças em seu
187 município. Durante a discussão, os gestores avaliaram a diferença de valores cobrados pelo
188 Dr. Marcelo Pizato e a situação de falta de profissionais. Marilza expressou que, se o Dr.
189 Rafael retornar aos atendimentos pelo Ciscomcam, ela não poderá enviar crianças de seu
190 município para tratamento com ele, devido aos transtornos causados anteriormente e à

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul - Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú - Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubitatã

191 forma inadequada com que ele se comunicava com as mães dos pacientes. Éllen sugeriu
192 que os gestores consultem o Conselho Curador sobre o processo de pagamento aos
193 prestadores de serviços e mencionou que a contratação de neuropediatras é dificultada pela
194 escassez de profissionais na área. Além disso, Éllen acrescentou que já enviou a resolução
195 da SESAR referente à questão do CAPS. Marilza, fala também sobre a pauta **7. Revisão**
196 **dos exames de Doppler de MMII solicitados pelo Dr. Juliano e recusados quando**
197 **realizados por outro profissional**, onde inicia a discussão relatando um grande
198 questionamento sobre essa prática, ela explica que, no contexto da cirurgia vascular, os
199 profissionais responsáveis são o Dr. Juliano e o Dr. Rogério. Ela destaca que têm ocorrido
200 problemas com os médicos em relação à aceitação dos exames de Doppler. Quando esses
201 exames são realizados por médicos diferentes do Dr. Juliano, ele não os aceita e solicita a
202 realização de um novo exame. Dr. Juliano frequentemente alega que os exames realizados
203 por outros profissionais são feitos de forma inadequada. Essa situação tem gerado
204 dificuldades e questionamentos sobre a necessidade e a eficácia dos exames solicitados,
205 além de afetar o fluxo de trabalho e o atendimento aos pacientes. Sobre a pauta **8. EQP**
206 **Goioerê Santa Casa**, Gabriela, secretária de Goioerê, inicia a discussão informando que o
207 Hospital Santa Casa de Goioerê é classificado como referência de risco intermediário e
208 habitual. Durante a intervenção, foi solicitada uma atualização do EQP (Equipe de Qualidade
209 e Processos), e após a solicitação, o hospital assumiu e congelou o processo. No entanto, a
210 SESAR negou a classificação de risco intermediário, alegando que o hospital não está
211 cumprindo o requisito de equipe de especialistas disponível 24 horas, conforme o edital.
212 Gabriela explica que o hospital possui uma equipe de especialistas disponível 24 horas,
213 porém em regime de sobreaviso, e não há demanda suficiente para justificar a presença
214 física constante de pediatras e obstetras. Ela destaca que o hospital atende pacientes de
215 toda a microrregião e enfrenta problemas devido à falta de espaço, especialmente com a
216 necessidade de acomodar gestantes para partos. Ela também menciona que marcou uma
217 reunião com a SESAR para entender a razão da decisão, que apenas indicou a exigência de
218 cobertura 24 horas sem detalhar os motivos. Gabriela verificou o CNES e constatou que os
219 profissionais do hospital têm horas disponíveis, mas a carga total de 168 horas semanais
220 não está sendo cumprida, pois cada obstetra está cadastrado para 12 horas semanais, o
221 que não atinge o total necessário. Éllen observa que, para receber o EQP, a presença física
222 dos especialistas é uma exigência legal. Ela explica que, para reconsiderar a situação em
223 Campo Mourão, é necessário passar por uma pactuação, e a SESA ainda não solicitou essa
224 revisão nem revisou o fluxo. Portanto, até que haja uma decisão, Goioerê continuará sendo
225 classificado como nível intermediário e não receberá o EQP presencial. Éllen destaca que,
226 na região, as cidades envolvidas são Ubitatã, Terra Boa, Goioerê e Campo Mourão. Dentre
227 elas, Campo Mourão é o único que possui o EQP, devido ao seu alto risco e à maior
228 demanda, além de já estar credenciado na Rede Cegonha. Éllen orienta os gestores a levar

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul - Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú - Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubitatã

229 essa pauta para a CIR para que seja discutida e formalizada em um documento. Isso
230 permitirá uma análise mais detalhada do processo pelo estado. Não havendo mais nada a
231 discutir, Éllen agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião. A
232 ata foi lavrada por Adriane Cristina da Silva (Assessora Administrativa do CRESEMS) e
233 conferida por Éllen Alessandra de Souza Jesus (Apoiadora do COSEMS). Se fizeram
234 presentes nesta reunião, Amanda Marihá Harmatuik (Secretaria de Roncador), Ana Deyse
235 Araújo (Secretaria de Engenheiro Beltrão), Adriane Cristina da Silva (Assessora
236 CRESEMS), Camila Kravicz Corchak (Secretaria de Campo Mourão), Éllen Alessandra de
237 Souza Jesus (Apoiadora COSEMS), Iris Heloisa Pereira Guerra (Secretaria de Quinta do
238 Sol), Lucineia Scheffer (Secretaria de Mamborê), Marcelo Francisco de Matos (Secretario
239 de Juranda), Monica Regina de Souza (Secretaria de Janiópolis), Mara Cristina Garofalo (
240 Secretaria de Boa Esperança), Roberval Nery de Oliveira (Secretario em Iretama), Raissa
241 Henrique dos Passos (Secretaria de Campina da Lagoa), Roseli Aparecida Paini (Secretaria
242 de Quarto Centenário), Sandra Regina Felix Germani (Secretaria de Farol), Adriana Ângela
243 de Brito (Coordenadora APS de Iretama), Andressa Ohara Chignalia (Enfermeira de
244 Goioerê), Gabriela Martins (SMS de Goioerê), Marcia R. Rossi (SMS de Nova Tebas),
245 Viviane A. Souza (AMD SMS de Ubitatã), Marilza Nunes Coelho (Regulação SMS de
246 Ubitatã), Rosely Cordeiros Ramos (ag. Administrativo de Luiziana), Maria Sezeneide
247 (Psicóloga da 11º RS), Muriel Davideff (Chefe Seaps).

